

Dívida estadual será renegociada

Governo quer unificar dívidas de contratos, títulos e empréstimos de emergência junto à CEF

O Ministério da Fazenda prepara um novo modelo de negociação das dívidas dos Estados. O objetivo é tratar, de uma só vez, a dívida em contratos, a dívida em títulos e os empréstimos de emergência feitos pela Caixa Econômica Federal (CEF) no início deste ano. Desta forma, as dívidas receberiam um tratamento global.

A situação de cada governador que bateu recentemente à porta do ministro Pedro Malan está sendo analisada caso a caso. A intenção do Governo Federal é oferecer uma solução que contemple todo o endividamento. "Mas, para isso, serão analisados os avanços nos programas de ajuste, envolvendo providências como a privatização e os programas de dispensa voluntária", explicou um assessor. A prorrogação do prazo para pagar as dívidas com a CEF também dependerá dos avanços de cada Estado no ajuste de suas contas.

Embora a análise esteja sendo feita caso a caso, as soluções a serem oferecidas aos governadores ficarão restritas a um cardápio básico. "Não adotaremos uma medida específica para resolver a situação de um Estado; não haverá nada casuístico", assegurou um

assessor de Malan.

Medida Provisória - Não está descartada a hipótese de ser editada uma Medida Provisória (MP) para viabilizar a renegociação das dívidas dos Estados. Na parcela da dívida onde o credor é a CEF, a prorrogação depende apenas da decisão da instituição. Mas, para as dívidas contratuais (em que o credor é o Tesouro), há impedimentos legais para alongar o prazo, reduzir as parcelas ou conceder a suspensão dos pagamentos. Qualquer medida dessas estaria em desacordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a lei de rolagem das dívidas, a 8.727.

A dívida contratual soma R\$ 46 bilhões. A dívida mobiliária (em que os Estados lançam títulos no mercado para se financiarem) também deverá ser assumida pelo Tesouro. Hoje, ela soma cerca de R\$ 40 bilhões.

Boa parte dos pleitos de alívio financeiro, como os encaminhados pelo governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PSDB), e de Sergipe, Albano Franco (PSDB), poderão ser atendidos com uma prorrogação do prazo dos pagamentos à Caixa Econômica Federal (CEF).